

Interseccionalidade e surdez: reflexões sobre a importância de práticas pedagógicas com surdos

*Queila Érica Taligliatti
Simoni Tedesco*

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo refletir sobre a Interseccionalidade nas Práticas Pedagógicas com discentes Surdos. Tratamos da questão com Surdos e não para Surdos, pensando na perspectiva freireana de que o processo de ensino-aprendizagem não deve permear somente os conteúdos, mas ser planejado de forma dialógica em acordo com as especificidades e interesses dos alunos, ou seja, eles devem ser o foco principal da educação. A pesquisa se justifica por se tratar de um tema contemporâneo, ainda pouco explorado e que exige atenção de pesquisadores na área da Educação de Surdos no Brasil. Cada discente é único, detém especificidades, interesses e história de vida. Socialmente os Surdos são vistos como um grupo identitário uniforme. Em outros termos, como se todos fossem iguais, o que não condiz com a realidade, pois as identidades Surdas são múltiplas e permeadas por interseccionalidades relacionadas à classe, raça, etnia, religião, gênero, orientação sexual, dentre outras. Sendo assim, é necessário conhecer as camadas interseccionais que entrelaçam a vida de cada indivíduo Surdo, e, por meio desse conhecimento, pensar e articular práticas escolares significativas que possam favorecer o desenvolvimento de aprendizagens sólidas. É notória a escassez de produções sobre a temática em que reflitam sobre as diversas identidades Surdas, bem como questões interseccionais que permeiam mutuamente cada indivíduo. Tais reflexões permitem uma nova compreensão acerca do próprio trabalho docente que deve ser minuciosamente refletido a partir das especificidades do educando, considerando o conceito de interseccionalidade.

Palavras-chave: Interseccionalidade. Surdez. Educação. Práticas Pedagógicas

Abstract

This study aims to reflect on Intersectionality in Pedagogical Practices regarding Deaf students. We deal with the issue with Deaf people and not for Deaf people, thinking about the Freirean perspective in which the teaching-learning process should not only permeate the contents, but also be planned in a dialogical way in accordance with the specificities and interests of the students, that is, they should be the main focus of education. The research is justified, because it is a contemporary topic, still little explored and which requires attention from researchers in Deaf Education area in Brazil. Each student is unique, has specificities, interests and life history. Socially, Deaf people are seen as a uniform identity group. That is the same as to say, as if everyone were equal, which does not match reality, as Deaf identities are multiple and permeated by intersectionalities related to social class, race, ethnicity, religion, gender, sexual orientation, among others. Therefore, it is necessary to get to know the intersectional layers that intertwine the life of each Deaf individual, and, through this knowledge, think about and articulate meaningful school practices that can favor the development of solid learning. There is a notable lack of productions on the subject that reflect on the different Deaf identities, as well as intersectional issues that mutually permeate each individual. Such reflections allow for a new understanding of the teaching work itself, which must be carefully reflected based on the specificities of the student, considering the concept of intersectionality.

Keywords: Intersectionality. Deafness. Education. Pedagogical Practices.



**LEIA EM LIBRAS ACESSANDO O
QR CODE AO LADO OU O LINK:**

<https://www.youtube.com/watch?v=tAdpvusdIP8&list=PL1Ej31ENzZY4PhygE1jAt-67yeNWzQ4D9&index=15>



Introdução

Pode-se afirmar que, em razão da Lei 10436/02, a Libras, Língua Brasileira de Sinais, tornou-se reconhecida como uma língua brasileira, sendo um meio legal de expressão e comunicação, incluindo os recursos a ela associados. O decreto nº 5626 de 2005 propôs acréscimo à referida Lei regulamentando a inclusão da Libras como disciplina curricular em licenciaturas e cursos de fonoaudiologia,

além de dispor sobre a formação de profissionais para atuar como professores e instrutores da mencionada língua. Neste cenário, aconteceram significativas mudanças em relação à educação de pessoas Surdas, muitas dessas modificações ocorrem até a contemporaneidade, principalmente em ambientes educacionais que recebem alunos Surdos.

Desse modo, cabe considerar que a inserção de discentes Surdos em escolas comuns é um movimento recente, conquistado nas últimas décadas. Essa movimentação aconteceu de forma que atingisse a estrutura das escolas comuns para que elas tivessem, minimamente, condições de receber alunos Surdos, visto que a garantia de acesso não é certeza de permanência e aprendizado significativo desse grupo. É importante mencionar que antes da Lei 10436/02 a inclusão já estava presente nas escolas públicas regulares, e essas estão caminhando com ações significativas para atender esse variado público. No entanto, cabe ressaltar que as deficiências são múltiplas, assim como as pessoas. Dessa forma, precisam ser conduzidas com olhares atentos às minuciosidades que cada uma traz em específico e a diversidade que a mesma deficiência pode apresentar em cada indivíduo dentro do cenário da inclusão.

Nessa conjectura que se pressupõe inclusiva, a presença de alunos Surdos dentro da escola regular aconteceu de forma inexperiente. Acreditava-se que todas as pessoas Surdas apresentavam as mesmas especificidades, desconsiderando que para esse grupo há necessidade de outros modos de comunicação, não limitados à língua falada. Para os Surdos, é necessário o emprego de outra língua, a Língua de Sinais, reconhecida no país como Libras.

O uso da Libras nas escolas começou a ser difundido, mas muitos embates foram travados sobre essa utilização. A Libras é uma língua viva, ampla e dependente de domínio para interações significativas entre os profissionais e os estudantes Surdos tendo em vista o desenvolvimento e a fluência.

Diante desse avanço e da necessidade de buscar meios e metodologias pertinentes para a alfabetização de alunos Surdos, as pesquisas sobre as práticas pedagógicas voltadas para a Educação de Surdos vêm crescendo e, com isso, surgem novas questões. Práticas homogêneas pensadas e elaboradas para alunos Surdos provavelmente não serão eficazes quando se trata de um grupo de pessoas heterogêneas que fazem parte de uma cultura própria.

Muitas instituições de ensino propõem práticas únicas para atender a um determinado grupo, como o de alunos Surdos, porém esses estudantes não são

somente Surdos, eles estão atravessados por diversas questões que influenciam fortemente sua constituição de sujeito e de subjetividade. Antes da surdez, há um ser humano que, como qualquer outro, está inserido em uma vida real, com diversos atravessamentos que constituem suas identidades. Nesse caso, a Surdez pode ser apenas mais uma das camadas interseccionais que um indivíduo carrega na constituição de sua história.

Em meio a tantos atravessamentos, cabe considerar quem é esse sujeito Surdo, para então, dialogicamente, através do reconhecimento construído pelas próprias narrativas que o compõem, escutar esse educando de modo a criar situações de aprendizagem que considerem suas especificidades e, principalmente, a cultura na qual ele está inserido.

De acordo com Freire (1991), é necessário criar oportunidades de escuta para que o próprio educando se coloque como sujeito ativo na roda de conversa e expresse os seus anseios, expectativas e, em meio aos diálogos, nasçam condições para que o educador consiga reconhecer as peculiaridades de cada ser. Assim, pode acontecer a reinvenção dos saberes e a abertura para novas formas de ensinar e aprender considerando a riqueza individual.

Para que esse aprendizado dialógico possa ser real, torna-se necessário reconhecer as especificidades de cada um. Para tanto, é imprescindível o conhecimento do conceito de interseccionalidade na condição de uma “[...] ferramenta analítica oriunda de uma práxis-crítica em que raça, gênero, sexualidade, capacidade física, status de cidadania, etnia, nacionalidade e faixa etária” (COLLINS; BILGE, 2020, p. 20), questões que refletem diretamente em problemas sociais enfrentados por esses indivíduos diariamente.

Silva (1999, p. 88) aponta uma passagem que aconteceu nos Estados Unidos, fortemente marcada pelas intersecções de poder, e que pode ser relacionada ao conceito de interseccionalidade sobre os grupos subordinados:

Os grupos Culturais subordinados- mulheres, os negros, as mulheres e os homens homossexuais- iniciaram uma forte crítica àquilo que consideravam como o cânon literário, estético e científico do currículo universitário tradicional. Eles caracterizavam esse cânon com a expressão do privilégio da cultura branca, masculina, europeia, heterossexual. O Cânon do currículo universitário fazia passar por “cultura comum” uma cultura bastante particular- a cultura do grupo culturalmente e socialmente dominante.

Diante do exposto, é possível perceber que as relações de poder e

não poder forjam as práticas pedagógicas, e quando se trata de estudantes Surdos, o fato se evidencia ainda mais excludente. Por isso, há necessidade de considerar as interseccionalidades presentes nos corpos que não são somente Surdos, mas carregam outras histórias de vida que compõem muitas das suas relações com o mundo e são marcantes no processo de construção da subjetividade e educação.

A pesquisa se justifica por tratar de um tema atual e que exige atenção de pesquisadores na área da Educação de Surdos no Brasil e tem como objetivo verificar a necessidade de conhecer as camadas interseccionais que entrelaçam a vida de cada indivíduo Surdo. Por meio desse conhecimento, pretende-se que as práticas escolares possam favorecer a aquisição da Libras como primeira língua e o português como segunda língua nas escolas públicas e, assim, favorecer o desenvolvimento de aprendizagens sólidas.

Múltiplas identidades

As questões da Identidade Surda discutidas pela autora Gladis Perlin são de grande importância para as reflexões sobre o indivíduo Surdo. Perlin (2016), na perspectiva socioantropológica da Surdez, quer dizer, a Surdez como diferença e não como deficiência, aborda a especificidade que necessita ser normatizada. Assim, a autora em questão classifica as Identidades Surdas em cinco grupos possíveis. Essas identidades são múltiplas e multifacetadas, a saber: Identidades Surdas; Identidades Surdas Híbridas; Identidades Surdas de Transição; Identidades Surdas Incompletas e Identidades Surdas Flutuantes. Desse modo, essas identidades estão diretamente relacionadas com a Língua de Sinais:

Entende-se cultura surda como a identidade cultural de um grupo de surdos que se define enquanto grupo diferente de outros grupos. Essa cultura é multifacetada, mas apresenta características que são específicas, ela é visual, ela traduz-se de forma visual. As formas de organizar o pensamento e a linguagem transcendem as formas ouvintes (QUADROS, 2004, p.10).

Gesser (2004) complementa que às Identidades Surdas são acrescentadas outras identidades, produzidas por interações, tais quais questões de “[...] gênero, nacionalidade, idade, orientações étnicas, sexuais e religiosas como características que também compõem ‘as culturas’ de um indivíduo” (GESSER, 2004, p. 296). O grande pesquisador Hall (2020) destaca que as identidades não são estáticas e variam de acordo com os grupos sociais em que o indivíduo está inserido.

Essas múltiplas identidades abordadas por Hall (2020) levam-nos a refletir sobre as questões de interseccionalidade. O termo interseccionalidade foi cunhado por Kimberlé Crenshaw e permite compreender essas múltiplas facetas das identidades que perpassam um mesmo indivíduo, conduzindo-nos a refletir como essas identidades podem sofrer com preconceitos e estigmas socialmente produzidos:

[...] operando com a interseccionalidade enquanto conceito que nos permite compreender como as articulações de diferentes categorias identitárias e sociais se imbricam e estruturam a vida de cada sujeito e/ou grupo, ampliando situações de desigualdades, de violações de direitos e desumanização [...] (SANTOS; SANTIAGO, 2011, p.5).

Sendo assim, devemos refletir que o Povo Surdo - Surdos que se identificam com a cultura surda - não deve ser visto como um grupo homogêneo, e sim, em suas especificidades.

Práticas pedagógicas interseccionais

É importante refletir que as práticas pedagógicas interseccionais são construídas de acordo com cada sujeito e, com tal propósito, é necessário um olhar apurado e uma escuta ativa desse indivíduo. Para que aconteçam, com efeito, as práticas interseccionais, é necessário a reinvenção dos saberes, onde os educadores e educandos estejam em sintonia e que o aprendizado seja dialogicamente promovido. Nesses diálogos, tanto os educadores como os educandos devem se apresentar como indivíduos do mundo (FREIRE, 1991).

Na educação de Surdos, é necessário um olhar apurado para as especificidades da Cultura Surda, estar em alerta para as múltiplas identidades que os Surdos podem escolher ao se constituírem mediante as experiências com o mundo. Logo, é necessário que se repense, principalmente nos ambientes escolares, a formação dos educadores para que possam minimamente conhecer a cultura surda para se relacionarem de forma mais agradável e consciente com um estudante Surdo. Nessa direção, percebendo, portanto, que não basta apenas a presença de um profissional que domine a língua de sinais, seja ele intérprete, mediador ou professor de Libras. Para a inclusão de Surdos, é necessário ir além do acesso restrito a língua, é primordial que se tenha práticas inclusivas cunhadas no modo de vida dos Surdos, respeitando as múltiplas identidades que poderão assumir. Além da necessidade de considerar as outras camadas

que atravessam e constituem cada identidade e devem ser conhecidas para serem igualmente respeitadas. Muitas vezes, essas particularidades podem ser mais evidentes e influenciar diretamente na aquisição da língua de sinais e na constituição do ser Surdo.

Para que essas reflexões sejam cunhadas com propostas pedagógicas ativas, é primordial que os espaços escolares tenham formação específica e continuada para todos os profissionais, pois não basta apenas o acesso de um ou poucos professores à língua de sinais. Outra importante demanda é romper com as práticas ouvintistas que de forma imprescindível estão fortemente atreladas à cultura ouvinte e geram reações capacitistas nos contatos entre surdos e ouvintes, sobretudo quando a cultura ouvinte é dominante em ambientes escolares. Geralmente, esses choques de identidades sobressaem penosamente sobre as minorias culturais e provocam tratamentos inadequados em vista do bem-estar e da equidade da educação de Surdos. Essa dinâmica pode ser até inconsciente por parte de ouvintes, porquanto eles não estão minimamente ligados aos artefatos culturais dos Surdos. Por conseguinte, promovem um discurso inconsciente do saber e, muitas vezes, não percebem os prejuízos gerados na constituição da identidade de um sujeito Surdo. A esse respeito, vale ressaltar que a escola tem como princípio a constituição dos sujeitos e dos saberes.

Sasaki (2009, p. 1 – 2) classifica as acessibilidades em seis dimensões, pois para que a acessibilidade aconteça de forma interseccional, é necessário pensar na eliminação de barreiras em diversos âmbitos sociais, percebendo as diferenças de cada um.

As seis dimensões são: arquitetônica (sem barreiras físicas), comunicacional (sem barreiras na comunicação entre pessoas), metodológica (sem barreiras nos métodos e técnicas de lazer, trabalho, educação etc.), instrumental (sem barreiras instrumentos, ferramentas, utensílios etc.), programática (sem barreiras embutidas em políticas públicas, legislações, normas etc.) e atitudinal (sem preconceitos, estereótipos, estigmas e discriminações nos comportamentos da sociedade para pessoas que têm deficiência)

Dentre as acessibilidades citadas, a mais importante é a atitudinal, em razão de estar relacionada à mudança de atitudes dos indivíduos que juntos formam a sociedade humana. Não basta ter distintas acessibilidades nos espaços sociais se as pessoas não mudarem a consciência em razão da equidade. A Acessibilidade Atitudinal, definida pelo autor em referência como: “Relacionada a eliminação de preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações, promovendo atividades de sensibiliza-

ção, conscientização e convivência” (SASSAKI, 2009, p. 6). Dessa forma, a inclusão acontece no momento em que nos dispomos a realizar uma autorreflexão a respeito de nossas atitudes em relação às diferenças, repensando as nossas convicções em vista da multiplicidade humana.

Em vista disso, a acessibilidade atitudinal é primordial para a construção de práticas inclusivas em meio à diversidade presente na sociedade e pode ser fundamental na busca de práticas pedagógicas interseccionais e anticapacitistas. Cabe ressaltar que a escuta ativa das minorias é fundamental para reconhecer quem são os indivíduos e, a partir das intersecções que se encontram com a Surdez, refletir sobre as práticas e metodologias diversas que favorecem todos e, especialmente, cada um.

Sassaki (2009) salienta a necessidade de conhecer cada indivíduo para que esse tenha a liberdade de se expressar e falar sobre suas especificidades e quais recursos podem ser úteis para a sua inclusão. As pessoas são múltiplas e cada uma pode estar dentro de camadas interseccionais que precisam ser conhecidas e consideradas de modo que a inclusão aconteça efetivamente.

Considerações finais

Diante das discussões apresentadas, sem a pretensão de concluir pensamentos sobre propostas interseccionais para indivíduos Surdos, cabe ressaltar que há necessidade de formação específica nos cursos de formação e graduação, não somente tendo como foco o aprendizado da sinalização em Libras. A sinalização, de fato, é extremamente importante, porém, há necessidade de promover propostas que busquem divulgar e ampliar os conhecimentos sobre a Cultura e Identidade Surda, proporcionando aos grupos ouvintes situações em busca do conhecimento de artefatos que compõem a essência do ser Surdo.

Assim sendo, até o aprendizado da Libras fluirá com mais qualidade, pois será enriquecido se tratando de situações de letramento. Traçando um paralelo, em vista às reflexões de Silva (1999, p. 75), sobre racismo, ao apontar que:

a análise do racismo não pode ficar limitada a processos exclusivamente discursivos, mas deve examinar também (ou talvez principalmente) as estruturas institucionais e econômicas que estão em sua base. O racismo não pode ser eliminado simplesmente através do combate a expressões linguísticas racistas, mas deve incluir também o combate à discriminação racial no emprego, na educação, na saúde.

Assim como citado no exemplo acima, as práticas pedagógicas que valorizem a expressão linguística dos Surdos não serão significativas apenas com o uso limitado da Libras dentro das instituições de ensino. É necessário incluir no currículo também as práticas que desenvolvam o conhecimento sobre “o que é ser Surdo dentro de uma cultura majoritariamente ouvinte”. Para tanto, importa divulgar e explorar artefatos sobre a Cultura e identidade Surda. De acordo com Silva (1997, p. 89), muitas vezes, a sociedade

deixa de ver que a suposta “cultura nacional comum” confunde-se com a cultura dominante. Aquilo que unifica não é o resultado de um processo de reunião das diversas culturas que constituem uma nação, mas de uma luta em que regras precisas de inclusão e exclusão acabaram por selecionar e nomear a cultura específica, particular, como a “cultura nacional comum”.

Ao encontro às reflexões anteriores, essa discussão busca valorizar o Surdo como um corpo que apenas não desenvolveu um dos sentidos, a audição. Entretanto, essa perda sensorial não serve como um marcador de desigualdade que minimiza toda a essência que está presente na constituição desses sujeitos: [...] “surdo” com minúsculas se refere simplesmente ao fato físico da surdez, enquanto “Surdo”, com maiúsculas, se refere aos surdos como grupo cultural, como comunidade linguística” (SILVA, 1999, p. 11).

No ano de 2021, ocorreu uma considerável mudança na Lei de Diretrizes e Bases (LDB), para o povo surdo, a partir da Lei 14.191 que insere o ensino bilíngue para pessoas Surdas nas escolas, com a finalidade de o tornar uma modalidade independente onde a Libras se torna a primeira língua e o português escrito a segunda língua. Fato esse que pode ser considerado como um ganho para o povo Surdo, mas é importante ressaltar que as práticas do bilinguismo não se resumem somente ao fato de usar as duas línguas de instrução, Português e Libras. Essa caminhada para o bilinguismo requer uma intensa reflexão sobre quem são os alunos sujeitos dessas práticas e quais serão as ferramentas analíticas para conhecer as camadas interseccionais que atravessam a identidade de cada um.

Nesse âmbito, a interseccionalidade pode ser considerada como um dos mais importantes conceitos a ser minuciosamente trabalhado e articulado na busca de práticas com os discentes e não para os discentes. Quando se tem a oportunidade da escuta ativa, há grandes chances dessas minuciosidades que constituem cada ser servirem de alicerce para uma educação mais equânime.

Referências

- BRASIL. Lei nº 10.436, de 2002. Língua Brasileira de Sinais - Libras e outras Providências. Brasília, DR, 24 abr. 2022.
- BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. A Língua Brasileira de Sinais - Libras, art. 18 da Lei Nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, DF.
- COLLINS, Patricia Hill, BILGE, Sirma. Interseccionalidade. São Paulo: Boitempo, 2020.
- FREIRE, Paulo. A Educação na Cidade. São Paulo: Cortez, 1991.
- GESSER, Audrei. Do patológico ao cultural na surdez: para além de ou de outro ou para uma reflexão crítica dos paradigmas. In: STUMPF, Ronice Müller de; ROSSI, Marianne. Estudos Surdos IV. Petrópolis: Arara Azul, 2004. p. 278-309.
- HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 12. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2020. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva; Guaraci Lopes Louro.
- PERLIN, Gladis. Identidades Surdas. In: SKLIAR, Carlos (org.). A Surdez: um olhar sobre as diferenças. 8. ed. Porto Alegre: Mediação, 2016. p. 51-75.
- QUADROS, Ronice Müller de. O tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais e língua portuguesa. Brasília: MEC/SEESP, 2004.
- SANTOS, Mônica; SANTIAGO, Mylene. As múltiplas Dimensões do Currículo no Processo de Inclusão e Exclusão em Educação. Revista Espaço do Currículo, João Pessoa, v. 3, n. 2, p. 548-562, março. 2011.
- SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. Revista Nacional de Reabilitação (Reação). São Paulo, Ano XII, p. 10-16, março/abril, 2009.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. A política e a epistemologia do corpo normalizado. Revista Espaço Aberto, Rio de Janeiro, n. 8, p. 5-17, dezembro, 1997.